



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

| | |
|--------------------|---|
| Processo nº | 35464.004554/2006-15 |
| Recurso nº | 35.464.004554200615 Voluntário |
| Acórdão nº | 2803-003.031 – 3ª Turma Especial |
| Sessão de | 19 de fevereiro de 2014 |
| Matéria | CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS |
| Recorrente | PEPSICO DO BRASIL LTDA |
| Recorrida | FAZENDA NACIONAL |

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/04/2000 a 28/02/2005

PREVIDENCIÁRIO. CUSTEIO. NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO - NFLD. DECADÊNCIA DE PARTE DO LANÇAMENTO. SÚMULA VINCULANTE 08 DO STF. NULIDADE DO LANÇAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. PREMIAÇÃO DE EMPREGADOS SEM PREVISÃO LEGAL. EXCLUSÃO DE JUROS E MULTAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Considerando que o contribuinte tomou ciência do lançamento em 04/12/2006 e que não ficou demonstrado nos autos que ele deixou de recolher a contribuição em relação aos pagamentos normais em sua folha de salários, para efeito do enquadramento às regras do CTN, aplicam-se aquelas dispostas no § 4º do art. 150 do referido diploma legal.
2. Da análise dos autos não foi possível encontrar elementos que justifiquem a nulidade do trabalho realizado pela autoridade lançadora.
3. Os prêmios pagos aos empregados da empresa recorrente, ao contrário do alegado, compõem efetivamente a remuneração dos trabalhadores, sendo, portanto, salário-de-contribuição.
4. Tendo em vista que o lançamento foi realizado em conformidade com a legislação tributária em vigor, não há que se falar em exclusão de juros e multas moratórias ou qualquer outro consectário legal.

Recurso Voluntário Provido em Parte

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator. As competências de dezembro de 2000 e anteriores estão fulminadas pela decadência, observada a regra do § 4º do art. 150 do CTN.

(Assinado digitalmente)
Helton Carlos Praia de Lima – Presidente

(Assinado digitalmente)
Amílcar Barca Teixeira Júnior – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Helton Carlos Praia de Lima (Presidente), Oseas Coimbra Júnior, Eduardo de Oliveira, Amilcar Barca Teixeira Junior, Gustavo Vettorato e Natanael Vieira dos Santos.

Relatório

Trata-se de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD lavrada em desfavor do contribuinte acima identificado, relativamente às contribuições devidas à Seguridade Social, incidentes sobre a contribuição para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrentes dos riscos ambientais do trabalho – (RAT 2%). De acordo com o Relatório Fiscal de fl. 1327, as contribuições lançadas incidem sobre prêmios não transitados pela folha de pagamento e sobre as quais não houve recolhimento de contribuições previdenciárias. O valor apurado compreende as competências de 04/2000 a 02/2005.

O Contribuinte devidamente notificado apresentou defesa tempestiva.

A impugnação foi julgada em 01 de agosto de 2007 e ementada nos seguintes termos:

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
PREVIDENCIÁRIAS*

Período de apuração: 01/04/2000 a 28/02/2005

Documento: NFLD nº 37.052.708-9 de 30/11/2006

AÇÃO JUDICIAL. RENÚNCIA AO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. MATÉRIA DIFERENCIADA. JULGAMENTO.

A propositura de ação judicial antes do lançamento implica renúncia ao contencioso administrativo no tocante à matéria em que os pedidos administrativo e judicial são idênticos, devendo o julgamento ater-se à matéria diferenciada.

SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. PARCELAS INTEGRANTES. PRÊMIOS VINCULADOS À PRODUTIVIDADE. CARTÕES DE PREMIAÇÃO “INCENTIVE HOUSE”.

Tem natureza salarial, sendo base de cálculo de contribuição previdenciária, o pagamento de verba para estímulo ao aumento de produtividade dos segurados, e, portanto, com característica de prêmio.

JUROS. TAXA SELIC.

Sobre as contribuições sociais pagas com atraso incidem, a partir de 01.04.1997, juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

O Código Tributário Nacional autoriza a fixação de percentual de juros de mora diverso daquele previsto no § 1º do art. 161.

DECADÊNCIA. PRAZO DESENAL.

O prazo decadencial para a constituição do crédito previdenciário é de 10 (dez) anos, contados do primeiro dia

do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

Lançamento Procedente.

Inconformado com resultado do julgamento da primeira instância administrativa, o Contribuinte apresentou recurso tempestivo, onde alega, em síntese, o seguinte:

- O r. acórdão é nulo, por ter se omitido em relação à prova apresentada pela Recorrente, bem como pelo pedido de produção de prova pericial;

- Quando da lavratura da NFLD, já havia se operado a decadência relativamente a parte dos valores lançados;

- A contribuição ao SAT é ilegal;

- Em razão da suspensão da exigibilidade do suposto crédito, a autoridade fiscal não poderia ter procedido ao lançamento dos juros e multa moratórios;

- Os referidos prêmios não são parte da remuneração dos segurados da Recorrente, razão pela qual o provimento do presente recurso voluntário é, acima de tudo, medida que se impõe;

- À vista das razões de fato e de direito expostas, a Recorrente requer, como confia e espera, seja dado provimento ao presente Recurso Voluntário, para que:

a) Seja declarado nulo o v. acórdão recorrido, devendo os autos serem remetidos à autoridade julgadora de primeira instância para que proceda a um novo julgamento, posteriormente à realização da perícia requerida e apreciação da prova documental;

b) Alternativamente, caso assim não se entenda, para fins argumentativos, a Recorrente requer seja reformada a decisão recorrida, para que seja integralmente cancelada a NFLD combatida, tendo em vista que os prêmios pagos a seus empregados não compõem a remuneração dos mesmos, de forma que não integram a base de cálculo das contribuições fiscalizadas e arrecadadas pelo INSS e, ainda, porque a contribuição ao SAT é ilegal, pois viola de forma frontal os princípios da legalidade e da tipicidade tributárias, constantes do artigo 97 do Código Tributário Nacional;

c) Ainda, alternativamente, caso se entenda pela exigibilidade dessa contribuição – o que é verdadeiramente inconcebível –, requer a Recorrente sejam excluídos da autuação fiscal os montantes correspondentes aos juros e multa moratórios supostamente incidentes, pois, no momento em que foram os mesmos lançados, a exigibilidade do crédito tributário ao qual se referem estava suspensa, como, inclusive, ainda está;

d) Por fim, caso não se entenda possível a apreciação a respeito da ilegalidade da contribuição para o SAT nestes autos, a Recorrente requer seja suspenso o presente processo, tendo seguimento somente após a prolação de decisão definitiva a esse respeito em sede judicial.

Não apresentadas as contrarrazões.

É o relatório.

CÓPIA

Voto

Conselheiro Amílcar Barca Teixeira Júnior, Relator.

O recurso voluntário é tempestivo, e considerando o preenchimento dos demais requisitos de sua admissibilidade, merece ser apreciado.

Da Preliminar de Decadência

No que se refere à decadência de parte do lançamento, razão assiste ao contribuinte, tendo em vista que a Súmula Vinculante nº 08, do Supremo Tribunal Federal, reconheceu a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/91.

A partir de então, o instituto decadência em matérias previdenciárias passou a ser disciplinado pelas regras do Código Tributário Nacional – CTN.

Considerando que o contribuinte tomou ciência do lançamento em 04/12/2006 e que não ficou demonstrado nos autos que ele deixou de recolher a contribuição em relação aos pagamentos normais em sua folha de salários, para efeito do enquadramento às regras do CTN, aplicam-se aquelas dispostas no § 4º do art. 150 do referido diploma legal.

Desse modo, reconheço a decadência relativamente à competência dezembro de 2000, bem como para as anteriores.

Da Nulidade do Lançamento

O contribuinte alega a nulidade do lançamento, em razão de suposta omissão em relação às provas apresentadas, bem como em relação à produção de prova pericial, considerando o indeferimento dessa última.

Como bem posto no Relatório Fiscal de fls. 1.327 a 1.334, o lançamento se deu em virtude de o contribuinte ter implantado um sistema de premiação, sem o devido amparo legal, não transitando os valores pela folha de pagamento e, por conseguinte, sem qualquer recolhimento de contribuições previdenciárias.

Por achar que a verba não devia ser tributada, o contribuinte elaborou e entregou as GFIPs de 04/200 a 02/2005, sem informar os valores relativos aos prêmios concedidos aos seus colaboradores.

No lançamento está bem esclarecido que a autoridade administrativa executou seu mister em absoluta consonância com os regramentos que lhes são afetos, em especial o art. 142 do CTN e o art. 10 do Decreto nº 70.235/72.

A constatação da falta cometida pela empresa se deu por meio da verificação dos documentos contábeis da empresa. Portanto, não há que se falar em nulidade do lançamento, como pretende o contribuinte.

Com relação a este tópico, consta no acórdão recorrido (fls.1.814) que o contribuinte optou pela discussão judicial em relação à alíquota devida ao RAT/SAT, situação que o enquadra no § 3º do art. 126 da lei nº 8.213/91 c/c o art. 307 do Decreto nº 3.048/99, que dispõem sobre a renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso interposto.

In casu, aplica-se também a regra prevista na Súmula CARF nº 1 “importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial”.

No ponto, sem razão o contribuinte.

Da Suspensão da Exigibilidade

O pleito de suspensão da exigibilidade do crédito, sob a alegação de que a autoridade fiscal não poderia ter procedido ao lançamento dos juros e multa moratórios também não merece prosperar.

No ponto, acompanho o entendimento contido no acórdão recorrido (fls. 1.814), inclusive no que diz respeito aos ensinamentos de Alberto Xavier, de que a suspensão regulada pelo art. 151 do Código Tributário Nacional paralisa temporariamente o exercício efetivo do poder de execução, mas não suspende a prática do próprio ato administrativo de lançamento, decorrente de atividade vinculada e obrigatória, nos termos do artigo 142 do mesmo Código, e necessária para evitar a decadência do poder de lançar.

Sobre o tema, diz o Enunciado nº 03 aprovado pelo Pleno e Turmas da CSRF na Sessão de 29.11.2010, *in verbis*:

A suspensão da exigibilidade do crédito tributário por força de medida judicial não impede a lavratura de auto de infração.

Assim, mais uma vez sem razão o contribuinte.

CONCLUSÃO.

Da análise dos autos não foi possível encontrar elementos que justifiquem a nulidade do trabalho realizado pela autoridade lançadora.

Os prêmios pagos aos empregados da empresa recorrente, ao contrário do alegado, compõem efetivamente a remuneração dos trabalhadores, sendo, portanto, salário-de-contribuição.

Tendo em vista que o lançamento foi realizado em conformidade com a legislação tributária em vigor, não há que se falar em exclusão de juros e multas moratórias ou qualquer outro consectário legal.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 10/03/2014 por AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR, Assinado digitalmente em 1 3/03/2014 por HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA, Assinado digitalmente em 10/03/2014 por AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR

Impresso em 26/03/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Ao agir em desconformidade com a lei, o contribuinte assumiu riscos, não podendo agora imiscuir de sua responsabilidade.

Pelo exposto, voto por CONHECER do recurso para, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO. As competências de dezembro de 2000 e anteriores estão fulminadas pela decadência, observada a regra do § 4º do art. 150 do CTN.

É como voto.

(Assinado digitalmente)
Amílcar Barca Teixeira Júnior – Relator.